

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 26/2021-PGJ, DE 5 DE AGOSTO DE 2021.**

Altera as Resoluções nº 15/2002-PGJ, de 13 de agosto de 2002; nº 12/2007-PGJ, de 31 de outubro de 2007; nº 21/2010-PGJ, de 18 de novembro de 2010; nº 19/2012-PGJ, de 5 de junho de 2012; nº 20/2012-PGJ, de 5 de junho de 2012; nº 30/2012-PGJ, de 17 de agosto de 2012; nº 22/2016-PGJ, de 16 de setembro de 2016, nº 34/2016-PGJ, de 11 de novembro de 2016; nº 3/2017, de 13 de fevereiro de 2017; nº 24/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018; e nº 34/2018-PGJ, de 18 de dezembro de 2018, para adequação ao horário de funcionamento do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10, inciso V, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e pelo art. 7º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00002223-9,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 15/2002-PGJ, de 13 de agosto de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O horário de atendimento ao público da Central de Inquéritos Policiais, instalada no Fórum desta Capital, será das 12h às 19h, ininterruptamente, de segunda a sexta-feira, e a jornada de trabalho dos servidores será realizada conforme estabelecido na Resolução nº 2/2021-CPJ, de 27 de maio de 2021.” (NR)

Art. 2º A ementa da Resolução nº 12/2007-PGJ, de 31 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Disciplina o Sistema de Plantão Permanente dos Servidores do Quadro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul lotados na Central de Inquéritos Policiais, CIP, nas comarcas de Campo Grande e Dourados, no período das 19h01min às 1h59min, durante a semana, bem como aos sábados, domingos e feriados, e dá outras providências.” (NR)

Art. 3º Os arts. 2º, 3º, § 1º, e 6º, *caput*, da Resolução nº 21/2010-PGJ, de 18 de novembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O DOMP-MS será disponibilizado diariamente, de segunda a sexta-feira, a partir das 22h, exceto nos dias de feriados nacionais, estaduais, municipais da cidade de Campo Grande/MS e no caso de suspensão do expediente no âmbito do Ministério Público.” (NR)

“Art. 3º [...]

§ 1º Verificada a indisponibilidade de acesso ao DOMP-MS, cuja duração seja superior a 2 (duas) horas, contínuas ou intercaladas, no período compreendido entre as 12h e as 19h, a contagem do prazo, quando houver, prorrogar-se-á para o dia útil imediatamente posterior.” (NR)

“Art. 6º Os atos destinados à publicação deverão ser remetidos pelas unidades administrativas à Assessoria de Comunicação, com cópia à Secretaria-Geral, por meio do correio eletrônico (e-mail) institucional, com nome do arquivo e extensão no padrão unidade_assunto.docx, sem acentuação ou cedilha, até às 15h do dia da disponibilização a que se destinam.” (NR)

Art. 4º O art. 1º, *caput* e parágrafo único, da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 1º O plantão no âmbito das comarcas de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá funcionará ininterruptamente, nos sábados, domingos, feriados e nos dias em que não houver expediente forense, e terá início às 19h01min do último dia útil, encerrando-se às 11h59min do primeiro dia útil subsequente, e nos dias úteis das 19h01min às 11h59min, em regime de sobreaviso, para atender a todos os casos urgentes do plantão judiciário e aqueles relacionados com a atuação ministerial que não possam aguardar o expediente do primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo único. Sem prejuízo da atuação dos respectivos Promotores de Justiça plantonistas nas audiências de custódia na comarca de Campo Grande, o início do interstício de plantão será às segundas-feiras, às 19h01min”. (NR)

Art. 5º O art. 1º da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O plantão no âmbito das Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª Entrâncias funcionará ininterruptamente, nos sábados, domingos, feriados e nos dias em que não houver expediente forense, e terá início às 19h01min do último dia útil, encerrando-se às 11h59min do primeiro dia útil subsequente, e nos dias úteis das 19h01min às 11h59min, em regime de sobreaviso, para atender a todos os casos urgentes do plantão judiciário e aqueles relacionados com a atuação ministerial que não possam aguardar o expediente do primeiro dia útil subsequente.” (NR)

Art. 6º O art. 1º, *caput* e parágrafo único, da Resolução nº 30/2012-PGJ, de 17 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O plantão no âmbito das Promotorias de Justiça de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá funcionará ininterruptamente, nos sábados, domingos e feriados, nos dias em que não houver expediente forense e nos dias úteis das 19h01min às 11h59min, em regime de sobreaviso, para atender a todos os casos urgentes do plantão judiciário e aqueles relacionados com a atuação ministerial que não possam aguardar o expediente do primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo único. Nos finais de semana ou feriados, o plantão terá início às 19h01min do último dia útil, encerrando-se às 11h59min do primeiro dia útil subsequente.” (NR)

Art. 7º O art. 2º, *caput* e §§ 1º e 2º, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 16 de setembro de 2016, passa a vigorar com nova redação e acrescido de § 3º:

“Art. 2º A jornada de trabalho dos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul é de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira, devendo ser cumprida preferencialmente das 12h às 19h, observando-se o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para alimentação, ressalvados os casos disciplinados em legislação e regulamentação específicas.

§ 1º As 5 (cinco) horas complementares poderão ser cumpridas em regime de sobreaviso.

§ 2º Em caso de necessidade, desde que se mantenha o órgão ou unidade em funcionamento durante o horário previsto no *caput*, poderá o membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul estabelecer escalas diferenciadas de horários aos servidores e estagiários lotados em suas respectivas unidades, observada a jornada regular de trabalho.

§ 3º O horário de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de Auxiliar na área de atividade de Segurança obedecerá às escalas de serviço.” (NR)

Art. 8º O art. 16, *caput*, da Resolução nº 22/2016-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Os atrasos e saídas antecipadas poderão ser compensados das 7h às 20h do mesmo dia de trabalho, mediante anuência da chefia imediata, desde que não causem prejuízo ao serviço e não revelem conduta habitual do servidor, observando o intervalo obrigatório de 30 (trinta) minutos para alimentação.” (NR)

Art. 9º O art. 1º, *caput* e parágrafo único, da Resolução nº 34/2016-PGJ, de 11 de novembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O plantão no âmbito da Administração Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul funcionará ininterruptamente, nos sábados, domingos e feriados, nos dias em que não houver expediente forense e nos dias úteis das 19h01min às 11h59min, em regime de sobreaviso, para atender aos casos urgentes que reclamem intervenção ou apoio imediatos da Administração Superior.

Parágrafo único. Nos finais de semana ou feriados, o plantão terá início às 19h01min do último dia útil, encerrando-se às 11h59min do primeiro dia útil subsequente.” (NR)



Art. 10. O art. 1º, *caput* e parágrafo único, da Resolução nº 3/2017-PGJ, de 13 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O plantão permanente no âmbito das Procuradorias de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul funcionará ininterruptamente, nos sábados, domingos e feriados, nos dias em que não houver expediente forense e nos dias úteis das 19h01min às 11h59min, em regime de sobreaviso, para atender aos casos urgentes que reclamem intervenção ou apoio imediatos em segundo grau de jurisdição.

Parágrafo único. Nos finais de semana ou feriados, o plantão terá início às 19h01min do último dia útil, encerrando-se às 11h59min do primeiro dia útil subsequente.” (NR)

Art. 11. Os arts. 1º e 4º, § 4º, da Resolução nº 24/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º No âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), o plantão no feriado forense funcionará ininterruptamente das 19h01min do dia 19 de dezembro, ou do último dia útil de expediente antes do período de recesso, estendendo-se até às 11h59min do dia 7 de janeiro, ou primeiro dia útil após o recesso, para atender aos casos urgentes que reclamem intervenção ou apoio imediatos.” (NR)

“Art. 4º [...]

[...]

§ 4º Os processos que ingressarem na fila ordinária para distribuição aos Procuradores de Justiça a partir das 19h01min do dia 19 de dezembro, ou do último dia útil de expediente antes do período de recesso, serão disponibilizados ao Procurador de Justiça plantonista do feriado forense, por área de atuação, para triagem e manifestação específica, visando a verificação de eventual medida de urgência a ser adotada e, não sendo o caso, os processos serão distribuídos na forma ordinária pela Secretaria de Distribuição e Acompanhamento Processual (SEDAP) aos respectivos Procuradores de Justiça.” (NR)

Art. 12. O art. 4º, inciso II e § 1º, da Resolução nº 34/2018-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º [...]

[...]

II - das 19h01min às 11h59min, em regime de sobreaviso, nos dias úteis.

§ 1º Nos finais de semana ou feriados, o plantão terá início às 19h01min do último dia útil, encerrando-se às 11h59min do primeiro dia útil subsequente.” (NR)

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 5 de agosto de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2857/2021-PGJ, DE 2.8.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Costa Rica, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Ribas do Rio Pardo, no julgamento do Processo nº 0000485-66.2020.8.12.0041, no dia 16.8.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2863/2021-PGJ, DE 3.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 9 e 10.8.2021, em razão de compensação da Promotora de Justiça Lia Paim Lima.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2854/2021-PGJ, DE 2.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto	2017/2018	Remanescentes	4	16.8 a 14.9.2021
	2018/2019	Remanescentes	16	
	2020/2021	Regulamentares	10	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2864/2021-PGJ, DE 3.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 22ª Zona Eleitoral nos dias 9 e 10.8.2021, em razão de compensação da Promotora de Justiça Lia Paim Lima.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2874/2021-PGJ, DE 3.8.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 55º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabricio Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Campo Grande, em regime de mutirão, no dia 12.8.2021, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2903/2021-PGJ, DE 4.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara Cível da comarca de Naviraí no dia 5.8.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2904/2021-PGJ, DE 4.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20.12.2019 a 6.1.2020, a ser usufruído no dia 3.9.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2877/2021-PGJ, DE 3.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 4ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, em regime de mutirão, no dia 13.8.2021, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2894/2021-PGJ, DE 4.8.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Elcio Felix D'Angelo	2001/2002	Remanescentes	10	15.9 a 14.10.2021
	2018/2019	Regulamentares	20	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2905/2021-PGJ, DE 4.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 6, 26 e 27.10.2019, a serem usufruídos no período de 8 a 10.9.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2908/2021-PGJ, DE 4.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2804/2021-PGJ, de 29.7.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de agosto de 2021, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
7 e 8.8.2021	PJ de Rio Negro	Juliana Pellegrino Vieira	99312-3912
14 e 15.8.2021	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	99906-0123

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
7 e 8.8.2021	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	99906-0123
14 e 15.8.2021	PJ de Rio Negro	Juliana Pellegrino Vieira	99312-3912

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2875/2021-PGJ, DE 3.8.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 2ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, em regime de mutirão, no dia 12.8.2021, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2909/2021-PGJ, DE 4.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 10ª Promotora de Justiça de Dourados, Rosalina Cruz Cavagnolli, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 30.8 a 3.9.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2910/2021-PGJ, DE 4.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Aquidauana, Antenor Ferreira de Rezende Neto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti nos dias 19 e 20.8.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2911/2021-PGJ, DE 4.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Rio Brilhante, Jorge Ferreira Neto Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 5 e 6.8.2021, em razão de férias compensatórias, e no período de 9 a 13.8.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2912/2021-PGJ, DE 4.8.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 11ª Zona Eleitoral no período de 5 a 13.8.2021, em razão de férias compensatórias e de compensação do Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2913/2021-PGJ, DE 4.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Iguatemi no dia 10.8.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2918/2021-PGJ, DE 5.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 5 e 6.8.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2920/2021-PGJ, DE 5.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 20.8.2021, em razão de férias do Promotor de Justiça Luciano Anechini Lara Leite.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2835/2021-PGJ, DE 30.7.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias remanescentes aos membros do Ministério Público abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Filomena Aparecida Depolito Fluminhan	2016/2017	10	20.10 a 18.11.2021
	2018/2019	20	
Marcos Fernandes Sisti	2018/2019	29	2 a 31.8.2021
	2019/2020	1	
Silvio Amaral Nogueira de Lima	2015/2016	10	2 a 31.8.2021
	2016/2017	20	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2876/2021-PGJ, DE 3.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Bianka Machado Arruda Mendes, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Campo Grande, em regime de mutirão, no dia 13.8.2021, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2921/2021-PGJ, DE 5.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Jui Bueno Nogueira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca no período de 16 a 20.8.2021, em razão de férias do Promotor de Justiça Luciano Anechini Lara Leite.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2922/2021-PGJ, DE 5.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Paulo Henrique Mendonça de Freitas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã nos dias 19 e 20.8.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça Substituto Guilherme Carlos Kotovicz.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2923/2021-PGJ, DE 5.8.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Bela Vista, William Marra Silva Junior, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar o julgamento do Processo nº 0001129-46.2019.8.12.0040, perante a sessão plenária do Tribunal do Júri na comarca de Porto Murtinho, no dia 13.8.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2924/2021-PGJ, DE 5.8.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 30.7.2021, as Portarias nº 4000/2020-PGJ, de 14.12.2020, e nº 564/2021-PGJ, de 19.2.2021, que designaram membros e servidores para comporem a comissão mista para tratar de forma específica da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0099/2021/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Simone Almada Góes, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00005548-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 20 de julho de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0100/2021/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00001172-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 23 de julho de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0101/2021/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca Três Lagoas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00005630-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 26 de julho de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0102/2021/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, que oficia perante a 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00005930-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 29 de julho de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0103/2021/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00005966-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 02 de agosto de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 0104/2021/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2021.00006086-6, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 02 de agosto de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° e-837/2021/PGJ, DE 28.7.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Lara Gurgel de Alencar Nunez, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.11.2021 e de 21 a 30.3.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.9 a 9.10.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei n° 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei n° 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei n° 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei n° 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-838/2021/PGJ, DE 28.7.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Roberson Rosalin de Freitas, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.9.2021 e de 29.11 a 8.12.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.12.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei n° 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei n° 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei n° 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei n° 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-839/2021/PGJ, DE 28.7.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Isabele Morgado Almeida, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.3.2022 e de 6 a 15.6.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.10 a 1.11.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-854/2021/PGJ, DE 28.7.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-694/2020-PGJ, de 21.12.2020, que concedeu férias ao servidor Valter Ribeiro dos Santos Junior Wille, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas no período de 1º a 10.10.2021", passe a constar: "período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas no período de 28.9 a 7.10.2021", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-870/2021/PGJ, DE 5.8.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Daniela Cristina Junqueira Nelli, referente(s) ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.9.2021 e de 1º a 10.12.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.11.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-871/2021/PGJ, DE 5.8.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Paulo Henrique Moraes Grande, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 13.10 a 1º.11.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.11.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-872/2021/PGJ, DE 5.8.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Juliana Depieri Sgorla, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 4 a 13.4.2022 e de 3 a 12.11.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.11.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-873/2021/PGJ, DE 5.8.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Paula da Cunha Bulhões, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.3.2022 e de 4 a 13.7.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.12.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-874/2021/PGJ, DE 5.8.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Luis Henrique Zaidan Blecha, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.2.2022 e de 20 a 29.7.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.2.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-875/2021/PGJ, DE 5.8.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Adauton Tamiozzo de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 17.11 a 6.12.2021 e de 10 a 19.1.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****ATA Nº 6/2021**

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Superior do Ministério Público, por convocação prévia e sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça **Alexandre Magno Benites de Lacerda**. **1. Abertura, conferência do “quorum” e instalação da reunião:** Presentes o Corregedor-Geral do MP Silvio Cesar Maluf (por teleconferência) e os Conselheiros Evaldo Borges Rodrigues da Costa (por teleconferência), Ariadne de Fátima Cantú da Silva (por teleconferência), Francisco Neves Júnior (por teleconferência), Esther Sousa de Oliveira (por teleconferência), (por teleconferência), Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya, Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Silasneiton Gonçalves e Alexandre Lima Raslan (secretário). Ausência justificada: Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes em Sessão no Tribunal de Justiça. **2. Leitura, votação e assinatura da Ata nº 05/2021** (ordinária), lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **3. Comunicações do Presidente: O Presidente do Conselho Alexandre Magno Benites de Lacerda** informou que na próxima semana, tanto no Conselho Nacional do Ministério Público como no Congresso Nacional começarão a tramitar os projetos que demandam interesses da instituição. O Presidente comunicou que o Conselho Nacional do Ministério Público está realizando correição na Corregedoria-Geral do Ministério Público de MS e nos procedimentos de atribuição do Procurador-Geral de Justiça afetos a qualquer falta funcional ou criminal dos membros deste Ministério Público. **4. Comunicações do Corregedor-Geral do MP: O Corregedor-Geral do Ministério Público Silvio Cesar Maluf** cumprimentou a todos os presentes dizendo que a sua comunicação é mais um agradecimento a todos os colegas já terem respondido à Comissão de Correição com relação as Procuradorias de Justiça, informando que está previsto para se reunir com a Comissão na próxima semana para a finalização dos trabalhos ou realizar devolutivas aos colegas que eventualmente precisarem de algum arredondamento. O Corregedor-Geral do MP informou que a Corregedoria Nacional do Ministério Público estará neste MPMS no período de 23 a 25 de agosto de 2021. E por fim agradeceu a colaboração de todos com relação a esta primeira etapa da correição. O Corregedor-Geral do MP se justificou dizendo que tentou fazer uma mescla, porque o que está acontecendo nas demais correições do CNMP é um foco hoje voltado às Procuradorias, aos CAOs, aos Núcleos e às Assessorias Especiais, que são todas por designação, e que tentou mesclar dentro dessa correição de Procuradoria pelo menos os CAOs, e mas informalmente já me disseram que provavelmente terei que fazer um à parte com relação aos CAOs, e portanto, disse que vai oficiar ao Presidente solicitando uma prorrogação da Comissão para que ele possa fazer inclusive a correição nos Núcleos e CAOs, mas que ainda está aguardando a resposta oficial do CNMP. **5. Comunicações do Secretário e dos Conselheiros: A Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo** comunicou que a comissão de revisão do Regimento Interno do Conselho está trabalhando com afinco na construção de um regimento de forma organizada e com as devidas inovações em face das atualizações da Lei complementar nº 72/1994. **6. Expedientes: 6.1. Expedientes encaminhados para apreciação: 1. Corregedoria-Geral do Ministério Público: Ofício nº 0244/2021/CGMP/MS, de 8.6.2021.** O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, encaminha decisão de arquivamento da Reclamação Disciplinar nº 10.2021.00000063-3, em atenção ao disposto no art. 164, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 72/94. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00045749-3*). **Ofício nº 0375/2021/CGMP/MS, de 13.7.2021.** O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, em atenção aos artigos 18, inciso XI e 172, da Lei Complementar nº 72/94, com as alterações conferidas pela Lei Complementar nº 145/2010, encaminha o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias previstas no Aviso nº 02/CGMP/2021, publicado no DOMP/MS nº 2397, de 16 de março de 2021, realizadas nas 23ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ª, 30ª, 31ª, 33ª, 34ª, 42ª, 43ª, 44ª, 46ª, 49ª e 76ª Promotorias de Justiça da comarca de Campo Grande. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00056858-7*). **O Conselho, à unanimidade, apreciou os expedientes acima, sem ressalvas.** **2. Escola Superior do Ministério Público: Ofício nº 0200/2021/ESMP/MS, de 21.6.2021.** A Diretora da Escola Superior do Ministério Público, Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva, encaminha Relatório parcial da Segunda Etapa: preparação para o vitaliciamento, o qual discrimina as ações educacionais realizadas de 13 de março à 13 de junho de 2021. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00046296-3*). **O Conselho, à unanimidade, apreciou o expediente acima, sem ressalvas.** **3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia: Ofício nº 0068/2021/01PJ/SDN, de 8.6.2021.** A Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira, com fulcro no artigo 10, inciso XXIII, da Resolução nº 0003/2012-CSMP, de 18.12.2012, comunica que se deu por impedida de atuar nos autos nº 08.2020.00137748-4 e nº 08.2020.00137751-8. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00044823-9*). **4. 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas: Ofício nº 0008/2021/PJE II/TLS, de 21.6.2021.** O Promotor de Justiça Luciano Anechini Lara Leite comunica que se declarou impedido, por razão de foro íntimo, de atuar nos autos nº 0000864-45.2021.8.12.0114. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00050041-9*). **O Conselho, à unanimidade, apreciou os expedientes constantes no subitem 3 e 4, sem ressalvas.** **7. Ordem do dia: 7.1. Matéria Administrativa: 7.1.1.**



Remoção por permuta: 1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00002484-8. Requerentes: Luciano Furtado Loubet, titular da 67ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, e Paulo César Zeni, titular da 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande. Assunto: Remoção por permuta. **Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, aprovou a remoção por permuta dos Promotores de Justiça Luciano Furtado Loubet, titular da 67ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, e Paulo César Zeni, titular da 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande.* **7.1.2. Julgamento de Processos:**

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00001715-8. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso do Sul – CRF/MS. Assunto: Conhecer do Ofício nº 172/2021/DIR/CRF/MS, oriundo do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso do Sul – CRF/MS, que solicita a revisão da Recomendação nº 001/CSMP/2006. **Relator-Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.** **Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, votou pelo não conhecimento da representação apresentada pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do voto do Relator.*

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00001799-1. Requerente: Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa. Assunto: Proposta de Enunciado. **Relatora-Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.** A Relatora realizou uma sucinta explanação de seu Relatório e voto, tecendo explicações sobre o objeto do enunciado proposto pelo Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa (trata-se da responsabilização penal do autor de um delito quando se trata de uma ação penal pública incondicionada independentemente do arquivamento do inquérito civil). Diante do exposto, a relatora votou pelo deferimento parcial do enunciado apresentado e perguntou ao órgão colegiado se todos concordam que faça a leitura dos textos propostos pelo Conselheiro Evaldo e pela Relatora. Com a concordância de todos a relatora fez a leitura da proposta do Conselheiro Evaldo, *in verbis*: “**Quando celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta, na tutela de interesses difusos e coletivos, nos autos do Procedimento Preparatório ou do Inquérito Civil, se o órgão de execução vislumbrar dos fatos apurados a ocorrência de fato mais grave ou notícia de crime de Ação Penal Pública Incondicionada, deverá enviar cópia do procedimento à autoridade policial competente, para as providências legais cabíveis; ou se for o caso das providências dos artigos 76 e 89, da Lei nº 9.099/95, ou artigo 28-A, do CPP (Acordo de Não Persecução Penal), e o feito estiver suficientemente instruído, deverá exercer as atividades do seu mister. A reparação do dano a que se refere o inciso I, do artigo 28-A, do CPP, poderá ser aproveitada do acordo celebrado no Termo de Ajustamento de Conduta, a fim de se evitar o bis in idem.**”. A seguir a relatora realizou a leitura do enunciado apresentado com as alterações propostas, conforme justificado em seu voto, *in verbis*: “**Havendo indícios de crime de Ação Penal Pública Incondicionada, no curso de procedimento administrativo, visando à tutela de interesses difusos e coletivos, o órgão de execução, assim que tiver ciência do fato, deverá requisitar a instauração de Inquérito Policial ou encaminhar cópia do procedimento ao Promotor de Justiça com atribuição.**”. Após, a relatora submeteu o procedimento a julgamento. O Presidente do Conselho facultou a palavra ao Relator e aos demais Conselheiros para discussão. Após, as discussões pelos Conselheiros o **Presidente do Conselho Alexandre Magno Benites de Lacerda** apresentou um novo encaminhamento e sugeriu o aprimoramento do art. 55 da Resolução nº 15/2007-PGJ, que disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, incluindo, conforme Resolução 13/2006-CNMP, a instauração de Procedimento de Investigação Criminal-PIC. O Presidente informou que irá encaminhar a sua proposta de aprimoramento da resolução para a Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo. **Diante desse encaminhamento, a Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo,** propôs que o Enunciado apresentado, por ora, seja rejeitado e o Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00001799-1 arquivado. **O Presidente do Conselho** sugeriu o encaminhamento da proposta feita pelo Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa e da proposta feita pela Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo para votação. **Em votação:** O Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa manteve sua proposta de enunciado; a Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, em seu voto oral substitutivo ao voto anterior foi pela rejeição da proposta de enunciado e pelo encaminhamento de proposta de alteração da Resolução 15/2007-PGJ para inclusão do Procedimento de Investigação Criminal – PIC. Os demais Conselheiros, o Corregedor-Geral do MP e o Procurador-Geral de Justiça acompanharam o voto oral da relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo. **O Presidente do Conselho** registrou que posteriormente o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do MP farão um ofício relembrando e cobrando dos colegas o cumprimento e aplicação do art. 55 da Resolução 15/2007. **Deliberação:** **O Conselho, por maioria, vencido o Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa, rejeitou a proposta de Enunciado e aprovou o encaminhamento de uma proposta de alteração da Resolução 15/2007-PGJ visando incluir o Procedimento de Investigação Criminal – PIC, nos termos do voto oral substitutivo da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.** **A Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo** solicitou ao Secretário do Conselho que conste em ata a instauração de um procedimento para esse fim específico, que é a modificação do art. 55 da Resolução 15/2007. **O Presidente** disse que o Procedimento será instaurado pela assessoria de seu gabinete e após será encaminhado à Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1.RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**Inquérito Civil nº 06.2020.00000075-2.** 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande. Requerente: Ministério Público Estadual.



Requerido: Joselyr do Amarante Leite. Assunto: Apurar a integridade de área de preservação permanente no lote 10, inscrição municipal n. 06.11.003.010-8, situado na rua Sílex, 104, propriedade de Joselyr do Amarante Leite. ***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*** Nada mais havendo, declarou encerrada a reunião, lavrando-se a ata que vai por mim _____ (Alexandre Lima Raslan, Procurador de Justiça e Secretário do Conselho Superior do MP) e por todos os presentes, assinada, com a ressalva de que o áudio e vídeo com o inteiro teor das considerações e debates dos Senhores Conselheiros desta sessão estão à disposição na Secretaria do Conselho Superior do MP, a qualquer pessoa interessada.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

SILVIO CESAR MALUF
Corregedor-Geral do MP

Evaldo Borges Rodrigues da Costa
Conselheiro

Ariadne de Fátima Cantú da Silva
Conselheira

Francisco Neves Júnior
Conselheiro

Esther Sousa de Oliveira
Conselheira

Gerardo Eriberto de Moraes
Conselheiro

Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya
Conselheira

Mara Cristiane Crisóstomo Bravo
Conselheira

Silasneiton Gonçalves
Conselheiro

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 89/2021-GED****XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado do candidato aprovado no XXIII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionado, uma vez que tal candidato não apresentou a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 76/2021-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.472, de 05.07.2021.

CANDIDATO	COMARCA	NÍVEL
Murilo Alberto de Souza Martins	Campo Grande	Pós-graduação

Campo Grande, 05 de agosto de 2021.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 31/PGJ/2018**

Processo: PGJ/10/1034/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **TAUNÁ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, representada por **Telmo Brugalli Flores**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajuste do valor mensal do aluguel do imóvel situado na Rua Lília Oshiro, n. 105, salão 02, bairro Carandá Bosque, Campo Grande/MS, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 4.740,63 (quatro mil setecentos e quarenta reais e sessenta e três centavos).

Vigência: 04.08.2021 a 04.06.2026.

Data de assinatura: 4 de agosto de 2021.

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO DO MPMS AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE 4 DE MAIO DE 2021, CELEBRADO ENTRE O CNMP E A ABIN**

Processo: PGJ/10/1563/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)**, representado pelo Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público – CPAMP, o Conselheiro **Marcelo Weitzel Rabello de Souza**.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e a Agência Brasileira de Inteligência, em 04 de maio de 2021, cujo extrato foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União nº 85, de 7 de maio de 2021, que tem por objeto a cooperação recíproca em áreas de interesse e competência das partes, no que diz respeito à Atividade de Inteligência; à proteção de conhecimentos sensíveis; ao intercâmbio de dados e conhecimentos de Inteligência, observada a legislação vigente; à capacitação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos do CNMP, do Ministério Público Brasileiro e da ABIN, compreendendo a realização de cursos e outros eventos afins, com a participação de membros e servidores dos respectivos órgãos, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho, Anexo I do referido Acordo.

Vigência: 05.08.2021 a 07.05.2026.

Data da assinatura: 29 de julho de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/PGJ/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.322 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2020 (PÁGINA 15), NO DOMP-MS Nº 2.374 DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021 (PÁGINA 30) E NO DOMP-MS Nº 2.432 DE 6 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 13) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2370/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CLAUDEMIR AIRES VICENTE**, representada por **Claudemir Aires Vicente**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 27/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de água mineral (galão com 20 litros e garrafa descartável de no mínimo 500ml), para atender ao Ministério Público Estadual, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Água Mineral (reposição), não gasosa, galão com 20 (vinte) litros, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0. Acondicionada em garrafão plástico transparente. Deverá apresentar na embalagem, expressamente, a composição química provável e as características físico-químicas da água e a data de validade. Marca: POR DO SOL.	Unidade	12.600	6,48

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL 0016/2021/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2021.00000570-7

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2021.00000570-7, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual

Requeridos: D. R. S. da C.

Assunto: Apurar eventual acúmulo de cargos públicos em incompatibilidade de horários por D. R. S. da C., com a indevida percepção de remuneração por serviços não prestados.

Corumbá/MS, 02 de agosto de 2021.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0017/2021/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2021.00000680-6

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2021.00000680-6, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual

Requeridos: Bloco Chupeta

Assunto: Apurar propaganda enganosa veiculada pelo Bloco Chupeta no Carnaval 2020, consistente na falsa informação de destinação dos recursos arrecadados com as vendas dos ingressos ao Asilo local.

Corumbá/MS, 02 de agosto de 2021.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

**DOURADOS****EDITAL 0026/2021/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002974-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Bar Mattos - Robson Xaves de Matos - MEI, Robson Xaves de Matos

Assunto : Acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual e os Compromissários ROBSON XAVES DE MATOS-ME (nome fantasia - Bar Mattos) e ROBSON XAVES DE MATOS , no bojo do Procedimento Preparatório n.º 06.2021.00000063-4.

Dourados, 03 de agosto de 2021

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

EDITAL 0027/2021/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000754-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rafael Gomes Chaustz, RAFAEL GOMES CHAUSTZ 08553372146

Assunto: apurar eventual prática de condutas transgressoras às medidas preventivas e sanitárias necessárias à contenção das nefastas consequências provocadas pela pandemia da Covid-19, bem como injusta e intolerável violação a preceitos fundamentais da coletividade, tais como a saúde a dignidade da pessoa humana .

Dourados, 30 de julho de 2021

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

EDITAL 0028/2021/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002987-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Posto Troller LTDA

Assunto : Acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual e o Compromissário Posto Troller LTDA, no bojo do Inquérito Civil n.º 06.2020.00000965-4.

Dourados, 02 de agosto de 2021

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

**EDITAL 0029/2021/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003009-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cerrado Brasil Eventos LTDA EPP; José Roberto Fontes.

Assunto : Acompanhamento e fiscalização do cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual e os Compromissários Cerrado Brasil Eventos LTDA EPP e José Roberto Fontes, no bojo do Procedimento Preparatório n.º 06.2021.00001372-5.

Dourados, 03 de agosto de 2021

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

EDITAL 0030/2021/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003005-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Brendon Marques dos Santos

Assunto : Acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual e o Compromissário BRENDON MARQUES DOS SANTOS, no bojo do Procedimento Preparatório n.º 06.2021.00001372-5

Dourados, 03 de agosto de 2021

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

EDITAL 0031/2021/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 09.2021.00003029-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Thiago Machado Mattos 99033402149 (OH Doto); Thiago Machado Mattos.

Assunto : Acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual e os Compromissários THIAGO MACHADO MATTOS 99033402149 (nome fantasia - OH DOTO) e THIAGO MACHADO MATOS no bojo do Procedimento Preparatório n.º 06.2021.00000065-6.

Dourados, 04 de agosto de 2021

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça



TRÊS LAGOAS

EDITAL Nº 06.2021.00000806-0

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 01.2021.00001634-8 em Inquérito Civil nº 06.2021.00000806-0 abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil n. 06.2021.00000806-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Apurar

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de destruir ou danificar área considerada de preservação permanente, tendo em vista a invasão de populares e a construção de casas às margens do Rio Paraná.

Três Lagoas - MS, 04 de agosto de 2021.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo da Comarca de Três Lagoas-MS

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

APARECIDA DO TABOADO

EDITAL Nº 009/2ªPJ/2020/ATD

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000645-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Olinda Leandra de Jesus

Assunto: apurar o desmatamento ilegal de área de 6,16 hectares de vegetação nativa na propriedade rural denominada Fazenda Barra Mansa, pertencente à Olinda Leandra de Jesus.

Aparecida do Taboado/MS, 04 de agosto de 2021.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça.



JARDIM

EDITAL N° 0024/2021/01PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil n° 06.2021.00000758-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais descritas no Auto de Infração n. 04060, ocorridas na Fazenda Conquista do Prata, de propriedade de Julio Nelvo Zeviani localizada no Município de Jardim/MS.

Jardim, 22 de julho de 2021

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL N.º 0024/2021/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, n° 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n° 09.2021.00000356-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de São Gabriel do Oeste/MS.

Assunto: Acompanhar os acolhimentos realizados pela equipe da Alta Complexidade no ano de 2021.

São Gabriel do Oeste, MS, 27 de julho de 2021.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

EDITAL Nº 0005/2021/PJ/AID

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001 Centro CEP: 79770-000 Anaurilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000117-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Giovani Fascina, Ary Afonso do Nascimento Neto, João Henrique Afonso do Nascimento, Jefferson Fernando Fascina.

Assunto: “Apurar degradação de 2,0 hectares de Área de Preservação Permanente através de mecanização do solo, ocorridos na Fazenda Santa Luzia, no município de Anaurilândia/MS, conforme Auto de Infração nº 22826 e Relatório de Informações Complementares nº 006/2ºGPM/2020.”.

Anaurilândia, 28 de julho de 2021.

EDIVAL GOULART QUIRINO

Promotor de Justiça

RIO NEGRO

EDITAL N.º 03/2021

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil: 06.2021.00000508-4

Requerente: Promotoria de Justiça de Rio Negro

Requeridos: Maricélia Ikeizume de Souza e José Gomes da Cruz

Assunto: “Apurar desmatamento de 5,00 hectares em área de vegetação nativa, na propriedade rural Loteamento Pira Parque – Lote nº 12, identificada pelo Cadastro Ambiental Rural nº 45.896, em Rochedo-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 663/17/NUGEO (Operação Cervo-do-Pantanal) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 004/3º GPMA 1º PEL 3º CIA BPMA/CPE/2021”.

Rio Negro, 04 de agosto de 2021

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 04/2021**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil: 06.2021.00000437-4

Requerente: Promotoria de Justiça de Rio Negro

Requerido: José Pedro

Assunto: “Apurar desmatamento de 0,17 hectares em área de vegetação nativa e Reserva Legal, na Fazenda JP, em Rio Negro, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 24/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Negro, 05 de agosto de 2021

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça

SETE QUEDAS

EDITAL N.º 0021/2021/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

IC - Inquérito Civil nº 06.2021.00000496-3.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Augusto Cesar Moura

Assunto: Apurar o déficit de 0,7 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi na Fazenda Recanto Segredo, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 24/20/NUGEO.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que o procedimento poderá ser consultado em sua íntegra através do link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj>.

Sete Quedas/MS, 05 de agosto de 2021.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta

**EDITAL N° 0022/2021/PJ/STQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

IC - Inquérito Civil nº 06.2021.00000498-5.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Velens Participações S.A., Waldir Zoller

Assunto: Apurar o déficit de 6,14 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi na Fazenda Taquarussu, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 24/20/NUGEO.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que o procedimento poderá ser consultado em sua íntegra através do link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj>.

Sete Quedas/MS, 05 de agosto de 2021.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL N° 0023/2021/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

IC - Inquérito Civil nº 06.2021.00000499-6.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Saldanha

Assunto: Apurar o déficit de 0,28 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi na Fazenda Santa Rosa - Parte I, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 24/20/NUGEO.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que o procedimento poderá ser consultado em sua íntegra através do link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj>.

Sete Quedas/MS, 05 de agosto de 2021.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta

**EDITAL Nº 0024/2021/PJ/STQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

IC - Inquérito Civil nº 06.2021.00000503-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francislei Massamboni, Paula Oliveira Bonfim Massamboni

Assunto: Apurar o déficit de 0,95 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi no Lote 76, Gleba 02 - Moroti, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 24/20/NUGEO.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que o procedimento poderá ser consultado em sua íntegra através do link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj>.

Sete Quedas/MS, 05 de agosto de 2021.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0025/2021/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

IC - Inquérito Civil nº 06.2021.00000505-1.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cornélio Augusto

Assunto: Apurar o déficit de 0,63 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi no Lote n. 85, Gleba 2- Moroti (Sítio Bela Vista), em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 24/20/NUGEO.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que o procedimento poderá ser consultado em sua íntegra através do link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj>.

Sete Quedas/MS, 05 de agosto de 2021.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta

**EDITAL Nº 0026/2021/PJ/STQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00001177-1.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Soares de Quadros

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados em razão da supressão de 120 (cento e vinte) lascas de madeira nativa desvitalizada da espécie florestal Canafistola e de 06 (seis) mourões de madeira nativa desvitalizada da espécie florestal Angico, totalizando 3m³, no Sítio Nossa Senhora Aparecida, propriedade rural localizada no município de Paranhos/MS, sem a devida autorização do órgão competente para extração e armazenamento.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que o procedimento poderá ser consultado em sua íntegra através do link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj>.

Sete Quedas/MS, 05 de agosto de 2021.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta